

# A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO FEMINISTA HEGEMÔNICO

BASTOS, Livia Albino<sup>1</sup>  
PAULA, Beatriz Ominikè da Silva<sup>1</sup>  
MACHADO, Thiago Pereira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduandas do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES; livia.a.bastos13@gmail.com; beatrizominike@gmail.com

<sup>2</sup>Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGPSI/UFES. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O feminismo, ao longo de sua trajetória histórica, tem lutado para mobilizar mulheres acerca da defesa de seus direitos, pressionando para mudanças na sociedade visando a igualdade entre os gêneros. O enfoque está, principalmente, nas demandas das mulheres serem reconhecidas e integradas nas pautas de políticas públicas. No entanto, essa luta tem sido marcada por uma desigualdade histórica em relação às mulheres negras, cujas experiências de opressão não se baseiam apenas no gênero, mas também nos fatores de raça e classe, e que foram constantemente negligenciadas pelo movimento feminista hegemônico. Lélia Gonzalez destaca que:

Por aí se vê o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial (Gonzalez, 2020, p. 35).

Gonzalez ainda sublinha que mesmo os grupos marginalizados, ainda carregam em si o racismo enraizado ao invisibilizar as demandas de mulheres negras.

Continua:

Nesse sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. [...] Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão

crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra. (Gonzalez, 2020, p.36).

No Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX [...] as reivindicações eram voltadas a assuntos como o direito ao voto e à vida pública (Ribeiro, 2018, p.23)”. Contudo, a linha histórica de consecuições do movimento feminista não se faz equiparado, apesar do mesmo gênero, por questões raciais não serem evidenciadas nas reivindicações das mulheres brancas, por exemplo, enquanto estas lutavam pelo acesso ao mercado de trabalho, as mulheres negras, que sempre trabalharam em posições subalternas, demandavam o direito de serem consideradas mulheres e não apenas força laboral desumanizada. De acordo com Angela Davis:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. [...] a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa (Davis, 2016, p.24).

Essa desumanização construída historicamente pela escravização, cria uma distancia entre as demandas do movimento feminista hegemônico e as demandas das mulheres negras, cujas lutas estavam estritamente ligadas a sobrevivência física e emocional decorrente do racismo, além do sexismo.

No entanto, o objetivo deste estudo é analisar criticamente como o feminismo tradicional invisibilizou as mulheres negras e como o movimento feminista destas desempenha um papel fundamental ao incluir as dimensões de raça e classe na luta pela igualdade de gênero. A partir de uma revisão bibliográfica das principais escritoras sobre o feminismo interseccional, pretende-se discutir como este ressignifica as lutas do movimento feminista contemporâneo.

## **2 METODOLOGIA**

Esta revisão bibliográfica apresentada consiste em um estudo qualitativo, tendo como base eletrônica de dados Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Google Acadêmico e outras literaturas encontradas na modalidade online que contribuem

para a temática abordada. Os descritores utilizados para a pesquisa foram: “feminismo interseccional”; “gênero e raça” “invisibilidade da mulher negra”; “sororidade racializada”; “questões de gênero e raça no brasil”; “feminismo no brasil”. No total, foram encontrados 11 artigos, sendo 6 selecionados para análise, utilizando como critério de inclusão apenas estudos que abordavam a temática restritamente, a fim de proceder com a leitura sistemática e analítica dos textos para realizar a interpretação dos dados desses.

### **3 DESENVOLVIMENTO**

Angela Davis, destaca em “Mulheres, Raça e Classe” (2016), que a invisibilidade da mulher negra dentro do feminismo hegemônico é resultado de um processo histórico patriarcal, porém, acima de tudo, racista. Ela observa que a percepção da mulher negra se dá, primeiramente, como força de trabalho e exploração sexual. “A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. (Davis, 2016, p.23)”. Tais condições citadas por Davis perduram na atualidade sob diferentes formas de opressão, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou em um estudo sobre estatística de gênero no ano de 2022 que, cerca de 32,3% das mulheres do país estavam abaixo da linha de pobreza, ou seja, tinham renda domiciliar per capita de até U\$6,85 por dia, segundo critério do Banco Mundial. Essa era a situação de 41,3% das mulheres pretas ou pardas que vivem no Brasil, contra 21,3% das mulheres brancas. Resultados estes que mostram a marginalização da mulher preta, sendo reservados à elas as piores condições de trabalho e renda onde são frequentemente associadas a funções de baixa remuneração e sem proteção social, como o serviço doméstico, que continua sendo um dos principais setores de ocupação para elas no Brasil, segundo este mesmo estudo. Ainda no contexto de trabalho, é evidente que no âmbito do movimento feminista, desde as primeiras lutas das mulheres brancas pelo direito à inserção no mercado de trabalho, por exemplo, a exclusão das pautas das mulheres negras. Angela Davis expõe “O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão.” (Davis, 2016, p. 24). Ao contrário das mulheres brancas, que lutavam pela emancipação da esfera doméstica e pela entrada no mercado de trabalho, as mulheres negras já estavam inseridas no trabalho desde a escravidão, mas sem as

garantias de dignidade e igualdade de condições. As conquistas feministas, como o direito ao voto e ao trabalho remunerado, não se estendiam de forma equitativa às mulheres negras, que continuariam sendo exploradas em trabalhos mal remunerados e precários. Djamila Ribeiro destaca que enquanto “mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam pra serem consideradas pessoas” (2018, p. 34).

Em “E eu não sou uma mulher: Mulheres negras e feminismo” (1981), Bell Hooks aborda como, durante o período do sufrágio no século XIX, as mulheres brancas se opuseram à inclusão das mulheres negras na luta feminista, muitas vezes adotando uma postura abertamente racista. A aliança entre as feministas brancas e os homens brancos, mencionada por Hooks, deixou as mulheres negras numa situação de duplo dilema: “As mulheres negras foram colocadas num duplo dilema; ao apoiarem o sufrágio feminino implicava que elas estavam a aliar-se às mulheres brancas ativistas que tinham publicamente revelado o seu racismo” (Hooks, 2014, p.6). Esse racismo explícito entre as feministas brancas estabeleceu barreiras para a participação das mulheres negras nas lutas sobre os direitos das mulheres.

Sueli Carneiro (2011), reforça essa crítica ao destacar que as feministas brancas falham em postergar as demandas relacionadas, não somente às questões de gênero, mas também de raça e classe, dizendo que “O movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres” (p.112). Ela sustenta que é impossível abordar as questões feministas sem reconhecer as dimensões raciais e socioeconômicas que afetam as mulheres negras. Contudo, como observa Davis:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (2016, p.9).

Essa dupla exploração, que combinava o trabalho físico com a apropriação sexual, se fixou como uma forma de controle sobre o corpo feminino negro, onde o poder patriarcal e racista se manifestava tanto na esfera laboral quanto sexual. A naturalização dessa relação durante a escravidão gerou estereótipos duradouros, que

sobrevivem até hoje a afetar as condições de vida das mulheres negras, como a hipersexualização e a desvalorização de seu trabalho.

Gonzalez (1984), expande esta análise ao relacionar a sexualização da mulher preta com o que ela chama de “neurose cultural brasileira”. Ela cita um trecho do livro “Formação do Brasil Contemporâneo (1976)” de Caio Prado Junior, que descreve a escravidão como um processo em que as mulheres negras eram “instrumentos de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores”, uma análise que reduz o ato sexual entre senhores e escravas a um “nível primário e puramente animal” (Gonzalez, 1984, p.231). Gonzalez critica essa visão, apontando a incapacidade dos intelectuais brancos de enxergarem as mulheres negras como algo além de um objeto sexual acima de sua humanidade. Ela ironiza essa perspectiva ao afirmar que “Pelo exposto, a gente tem a impressão de que branco não trepa, mas comete ato sexual e que chama tesão de necessidade.” (Gonzalez, 1984, p. 231), revelando como a racionalização do abuso sexual era usada para desumanizar as mulheres negras e legitimar sua exploração.

Estas situações de invisibilização da mulher preta, inclusive, por grupos também minoritários, como o das mulheres, gerou uma crítica essencialmente interseccional por parte do feminismo negro, tal como proposto por Kimberle Crenshaw (2002), que destaca que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p.177).

Isso revela que o feminismo negro surge, portanto, como uma resposta essencial para discutir sobre as opressões que são negligenciadas tanto pelas políticas tradicionais de igualdade racial, quanto pelo feminismo hegemônico.

Essa exclusão, como aponta Ribeiro (2018), faz com que as mulheres negras não tenham suas demandas atendidas, perpetuando seu distanciamento dos espaços de poder e decisão “A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que ela não tenha seus problemas nem ao menos nomeados.” (Ribeiro, 2018, p. 52). Essa crítica é continuada quando Carla Akotirene, ao nomear as intersecções

entre raça gênero e classe, o feminismo negro oferece um local mais inclusivo, “pondo as mulheres negras como sujeitos ativos na produção de conhecimento e resistência” (Akotirene, 2019, p.14). A visibilidade não é apenas uma questão de representação, mas uma característica importante para a construção de um movimento feminista capaz de lutar contra múltiplas formas de opressão que atingem essas mulheres.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este presente estudo teve como objetivo investigar a invisibilidade da mulher negra dentro do movimento feminista, identificando a exclusão como um processo histórico construído com bases no patriarcado e, sobretudo, no racismo. Com base nas análises de escritoras e filósofas negras como Angela Davis; Bell hooks; Djamila Ribeiro; Sueli Carneiro; Lélia Gonzalez entre outras, foi possível compreender que as mulheres pretas foram distanciadas das pautas feministas e das reivindicações pela igualdade racial, já que, como visto, as questões norteadoras da vida da mulher negra se baseiam em gênero, raça e classe. Reafirma-se, por isso, a importância do feminismo com uma abordagem interseccional que propõe a visibilidade às mulheres negras, pois este não apenas reconhece as múltiplas formas de opressão enfrentadas, mas também as coloca como sujeitos ativos na produção de conhecimento e luta, se tornando crucial para que as demandas das mulheres negras sejam reconhecidas e incluídas na luta pela equidade.

No entanto, os estudos que norteiam pautas sobre racialidade se deparam com uma falta de dados específicos sobre o que afeta especificamente as mulheres negras, uma vez que as pesquisas, em sua maioria, abordam sobre os negros de forma generalizada. Além disso, há uma naturalização do racismo e outras violências sofridas por estas mulheres por conta de uma estrutura social construída em preconceitos, que impede que muitos relatos e denúncias sejam feitos. Por isso, espera-se que este presente trabalho contribua para futuras pesquisas e discussões que explorem a fundo as diversas opressões dentro de grupos também marginalizados como as mulheres, pois, ao levantar o debate, essa pesquisa buscou ampliar o conhecimento e compreensão sobre a luta do feminismo interseccional e promover um feminismo que realmente incluía todas as formas de opressão.

## 5 REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberle. (2002). Background Paper for the Expert Meeting on the Gender-Related Aspects of Race Discrimination. **Revista Estudos Feministas**. 10. 171-188 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. 223-243 p.

HOOKS, Bell. **E não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo.** Tradução livre para Plataforma Gueto, 2014.

IBGE. **Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 12 p.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo de feminismo negro?** São Paulo: Companhia da Letras, 2018.